



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	Privadas de quê? As dificuldades de acesso à saúde das mulheres privadas de liberdade em Porto Alegre e Região Metropolitana
Autor	GABRIELLE DE SOUZA NETTO
Orientador	MIRIAM THAIS GUTERRES DIAS

Título do trabalho: Privadas de quê? As dificuldades de acesso à saúde das mulheres privadas de liberdade em Porto Alegre e Região Metropolitana.

Discente: Gabrielle de Souza Netto. Orientadora: Miriam Thaís Guterres Dias. Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O aumento do número de mulheres privadas de liberdade (MPL) no RS tem acompanhado o déficit de vagas nos estabelecimentos penais. As condições do espaço prisional aumentam as chances de ocorrência de problemas de saúde e os escassos estudos sobre o acesso aos serviços dificultam a execução e planejamento de políticas públicas e linhas de cuidado específicas. Esse estudo analisa a forma de acesso das MPL aos serviços de saúde em PoA e região no âmbito do SUS e seus principais dificultadores. Os dados decorrem da pesquisa “Mulheres privadas de liberdade: contextos de violências e necessidades decorrentes do uso de drogas”, do tipo quantitativa, transversal e analítica, que entrevistou MPL em regime fechado em PoA e Guaíba para investigar dimensões das suas condições de saúde. A análise indicou que o acesso das mulheres entrevistadas aos serviços de saúde não se dá de forma integral. Apesar de 44% obter atendimento em saúde sempre que precisam, 34% são atendidas às vezes e 6,7% nunca. A maioria indica que a UBS Prisional não disponibiliza atendimento todos os dias e 45,3% alegou que há dificuldades no acesso ao serviço de saúde na prisão. A partir dos dados, tem-se que as dificuldades de atendimento em saúde remetem à causas que não dependem das detentas e que, em PoA e Região Metropolitana, 48,7% das MPL em regime fechado não possuem garantia do direito à saúde, sendo a causa a não provisão institucional de meios para sua efetivação. Além da constatação da violação de direitos destas mulheres sob custódia do Estado, aponta-se a urgência da criação de uma linha de cuidado na rede de atenção a saúde voltada para as mulheres privadas de liberdade.